

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MAIORES DESAFIOS

Maria Natália Teixeira Gambogi¹
Adriana Priscilla Duarte de Melo²

RESUMO: O trabalho tem por finalidade investigar e analisar os desafios e as possibilidades dos alunos com deficiência na inclusão escolar no ensino regular, especificamente na educação infantil. Embora se saiba das leis existentes que asseguram os direitos destes alunos, as dificuldades encontradas por eles e suas famílias para terem acesso à uma escola de ensino regular são enormes: dificuldade de acessibilidade, falta de materiais adequados e de profissionais capacitados, além de enfrentarem muito pré-conceito dentro e fora da instituição. Neste sentido este trabalho busca verificar os principais desafios que estudantes com deficiência enfrentam nas escolas regulares de educação infantil, identificar as dificuldades que educadores encontram para lidar com as crianças com deficiência, além de discutir a legislação no que tange sobre a inclusão escolar na educação infantil no ensino regular, tais como a LDB e outros importantes documentos sobre a inclusão escolar do Ministério da Educação. Como aporte teórico, alguns autores importantes como MANTOAN (2003) e CARNEIRO (2012) também integram este trabalho com contribuições fundamentais para o esclarecimento de incertezas e ceticismos que tanto influenciam para o pré-conceito e para as negligências que circundam a educação das crianças com deficiência.

Palavras-chave: Escola. Inclusão. Educação Infantil. Crianças. Deficiência

1. Introdução

A inclusão escolar vai muito além de uma educação especial para crianças com alguma necessidade especial, embora sua idealização possa ter acontecido com a finalidade do reconhecimento e da compreensão das especificidades, particularidades, individualidades e diferenças que existem entre as pessoas, é preciso que os estudantes sejam vistos, reconhecidos e valorizados.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: nataliagambogi77@gmail.com

² Especialista em Educação Infantil (FIJ) Psicopedagogia (UNINCOR.), Atendimento Educacional Especializado (UEM) e Mestra em Letras (UNINCOR). Professora da Ufla, no Núcleo de Educação da Infância e na Pedagogia, e-mail: pryscilladuarte@ufla.br.

Segundo Freitas, Teixeira, Rech, (2016) a Educação Inclusiva é um assunto muito tratado na contemporaneidade, promovendo debates e discussões no âmbito educacional, pois o Brasil e em muitos outros países se tem uma legislação que garante o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade, o que precisa ocorrer de forma igualitária, onde as leis permitem o acesso em escolas, universidades e mercado de trabalho.

Nesse intuito a inclusão escolar vem historicamente para dedicar-se a quebrar os paradigmas já existentes na sociedade de que crianças com deficiência só deveriam estudar em escolas especiais, instituições apropriadas para elas. A inclusão possibilitou a interação entre todos os alunos, os que apresentam algum tipo de deficiência ou não.

De acordo com Barros (2015) a educação inclusiva também surgiu como uma alternativa de socialização, especialmente voltada para as pessoas “excluídas da sociedade” que viviam apenas no meio familiar. Há pouco tempo muitas crianças com algum tipo de deficiência não podiam participar nem interagir ativamente do processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, principalmente no que diz respeito ao contato e convivência com outras crianças. No entanto, a partir de manifestações sociais, declarações e direitos garantidos em leis, esse cenário sofreu modificações significativas, onde muitos tiveram a oportunidade de participar das atividades sociais e pedagógicas na escola.

As dificuldades e os obstáculos que as crianças com algum tipo de deficiência vivem na realidade da inclusão em escolas regulares são inúmeros, embora a inclusão escolar esteja prevista em lei e assegurada pela Constituição Federal. Mesmo que as instituições de ensino estejam cientes do direito da criança com deficiência de frequentar a escola, o dia a dia destas crianças demonstra muitos desafios.

Inúmeros são esses desafios, como por exemplo a acessibilidade dentro do ambiente escolar que na maioria das vezes é ineficiente o que não proporciona a autonomia de cadeirantes, alunos com baixa visão ou cegos, entre outros diversos problemas enfrentados por eles em sua vivência dentro do ambiente escolar.

Diante desse contexto, optou-se por realizar a pesquisa abordando os desafios destas crianças com deficiência ou dificuldade de aprendizagem e de suas famílias

na busca de responder quais os desafios encontrados na inclusão na educação infantil.

Através da compreensão de como ocorre a inclusão nas creches e pré-escolas, é que se poderá buscar melhorar a acessibilidade de crianças cadeirantes, com construções de rampas, para as crianças com baixa visão, a ampliação de materiais adequados para a realização de suas atividades, para as crianças cegas materiais em braille que favoreça o seu desenvolvimento, para as crianças com nanismo acessibilidade aos acentos em salas, nos refeitórios e banheiros e o aperfeiçoamento que se fizer necessário dentro da instituição de acordo com a necessidade da criança que nela estiver matriculada.

Acredita-se que seja fundamental também proporcionar a capacitação de professores e funcionários da instituição de ensino para receber e trabalhar com esses alunos, é uma necessidade essencial, de modo que eles se sintam acolhidos, valorizados e desta forma fazer jus aos seus direitos como crianças, como cidadãs, que merecem respeito e que podem frequentar a escola sem temor, sem receios, mas sim com liberdade e com autonomia.

Ao buscar pesquisar e investigar esse assunto de inclusão escolar no ensino infantil, abre-se uma oportunidade para que, desde pequenos, esses alunos aprendam a conviver entre si com respeito, com dignidade. Que eles aprendam desde cedo a ter sua autonomia, a saber que são capazes, que possuem habilidades, capacidades e que as podem desenvolvê-las dentro de uma instituição de ensino comum.

Sabe-se o quanto é importante que haja mais informações sobre este assunto, principalmente para os alunos dentro do ambiente escolar, para que conheçam e aprendam a conviver com as adversidades, com o diferente e mais que isso que aprendam a respeitar o seu próximo, que já enfrentam tantas dificuldades, buscando assim tornar a sua vida escolar um pouco mais tranquila e afável, em um ambiente mais agradável, acolhedor com mais respeito e mais empatia.

Diante deste fatos é fundamental que as crianças com deficiência estejam frequentando o ambiente escolar regular, de forma a oportunizar e contribuir para o seu desenvolvimento.

De acordo com Freitas; Teixeira; Rech (2016) as instituições escolares também podem ser consideradas ambientes acolhedores, pois recebem crianças com diferentes deficiências, e por isso, precisam estar atentas ao processo de inclusão e das políticas já existentes que promovem esse assunto. Os alunos têm direito a todos os atendimentos e recursos aos quais apresentam necessidade, como atendimento psicológico e fisioterapêutico, educação especial, entre outros. Diante disso, a escola, como uma instituição de acolhimento, precisa contar com apoio de profissionais qualificados e trabalhar de forma articulada dentro das escolas.

Percebe-se que a educação inclusiva vem aos poucos se fortalecendo em um cenário positivo, onde algumas escolas estão buscando formas de se direcionarem e de se organizarem para cumprir sua função educacional inclusiva de forma efetiva.

Para a elaboração e realização do trabalho foi produzida uma pesquisa bibliográfica, a fim de investigar sobre o processo das crianças que apresentam algum tipo de deficiência dentro das escolas de ensino regular, para descobrir então as causas de tanta resistência em relação à inclusão escolar e muitas vezes vinda da própria direção e do corpo docente das instituições em trabalhar com crianças com algum tipo de deficiência. As manifestações contrárias em recebê-las, reclamações e questionamentos, falta de conhecimentos. É importante identificar também, que muitas realidades precisam ser mudadas, transformadas, visando o ensino/aprendizagem dessas crianças, o seu desenvolvimento pleno, considerando o seu bem estar, a sua segurança e a sua confiança dentro do ambiente escolar.

Através da pesquisa bibliográfica é possível realizar um excelente trabalho na área de inclusão escolar na educação regular do ensino infantil, visto que há muitos materiais de autores consagrados que relatam sobre o assunto e que muito contribui para a melhoria da qualidade do ensino das crianças com algum tipo de deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

2. Inclusão Escolar e a Educação Infantil

Por muito tempo as crianças com algum tipo de deficiência eram colocadas em instituições chamadas de apropriadas para elas, onde elas teriam então um ensino especializado. Ao longo do tempo com muitas pesquisas realizadas por estudiosos

sobre o assunto, as próprias pessoas com deficiência e seus familiares engajados em encontrar outras formas de ensino/aprendizagem sem exclusão, foram buscando os seus espaços e conquistando os seus direitos. Mesmo que a passos lentos, algumas ações voltadas para essa prática de inclusão escolar tem alcançado pequenos avanços dentro das instituições de ensino regular, com o propósito de que todas as crianças com deficiência ou não, devam se desenvolver no mesmo espaço.

O ambiente escolar possibilita a aprendizagem, assim como inclusão social, e uma possível ampliação de visão de mundo, através de vivências e experiências, assim como a possibilidade de conhecimentos diversos. Assim, pode-se dizer que a escola pode contribuir de forma positiva na vida do ser humano, sendo responsável por atender todo e qualquer tipo de diversidade, proporcionando assim uma educação de qualidade para todos de forma igualitária. (ZANATA; TREVISIO, 2016).

Nesse sentido é importante se ter a compreensão de que a escola é uma grande responsável por este processo de inclusão e desta forma deverá estar preparada para o acolhimento das crianças com deficiência, tanto em sua estrutura física, quanto na parte dos conteúdos pedagógicos.

A escola deve propor aos seus alunos com deficiência ou não, uma educação com atividades em que todos possam nutrir o respeito às diferenças, a solidariedade, o coleguismo, o acolhimento, o cuidado de si e com os outros, buscando a formação de sujeitos éticos, conscientes que aprendam a conviver e aceitar as adversidades sem preconceitos. Essas propostas necessitam sair do papel, para que a criança com deficiência desde pequena se reconheça no seu espaço como cidadã de direitos e deveres como outra qualquer e possa então continuar a sua vida escolar de maneira normal e natural. Para que isso ocorra é necessário buscar por uma renovação dentro das instituições educacionais, de acordo com Mantoan (2003, p. 31)

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são, muitas vezes, a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

Partindo disso, a inclusão precisa ser tratada como um processo de pensar e realizar com a prática, onde não basta colocar as crianças em escolas regulares, mas redimensionar as escolas e torná-las cada vez mais acolhedoras às necessidades de todos os aprendentes. Nesse sentido, é preciso ainda que os educadores aceitem a

sua corresponsabilidade pela aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas, e cabe à escola instrumentalizá-los para que possam exercer seu papel de forma prática e eficaz, considerando o professor como peça-chave para o sucesso da inclusão (COSTA, 2009).

É essencial para as crianças com algum tipo de deficiência poder conviver em um ambiente escolar com outras crianças em um processo que promova o seu desenvolvimento das atividades de linguagem, de habilidades motoras, estruturadas em planejamentos interdisciplinares que favoreça o seu desenvolvimento como um todo, como pontua Mantoan (2003, p. 33-34)

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos. Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para dar conta das diferenças nas escolas: as adaptações de currículos, a facilitação das atividades e os programas para 34 reforçar aprendizagens, ou mesmo para acelerá-las, em casos de defasagem idade/série escolar.

Assim, os professores devem sempre estar em condição de aprendizado, onde a ação de aprender necessita ser permanente, construindo esse perfil de professor inclusivo, se tornando capaz de fazer uma leitura e transformar comportamentos, onde os seus saberes se direcionam a uma prática eficiente da mediação da aprendizagem subjetiva e significativa (RAMOS, 2016).

E neste sentido a Educação Infantil deverá trabalhar com uma proposta pedagógica que possibilite a capacitação dos educadores em uma formação continuada para promover o processo de desenvolvimento das crianças com deficiência ou não de forma igualitária respeitando as condições e os limites de cada um.

Vale salientar ainda que: “a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional” (MITTLER, 2013, p. 35).

É através da formação continuada que os os educadores se tornarão profissionais capacitados e poderão auxiliar as crianças com deficiência ou não a se desenvolverem com eficiência.

De acordo com Zanata; Treviso (2016) além de um processo contínuo de formação, que é direito do profissional de educação, é preciso também que este profissional repense sua prática e se autoanalise buscando mudanças e crescimento, além de trazer novos conhecimentos e novas práticas para melhor atender esses alunos. Por isso, ele precisa ser auxiliado, pois sozinho não pode fazer efetivo o seu trabalho, e nem garantir uma educação inclusiva de qualidade.

Toda a equipe pedagógica juntamente com os professores poderá reformular e estruturar projetos para atender as necessidades das especificidades de cada criança, esta é uma forma de garantir a promoção do desenvolvimento das crianças no ensino infantil, além de assegurar também o sucesso do trabalho inclusivo de forma significativa.

Segundo Zanata; Treviso (2016) a inclusão e sua efetividade acontecem a partir da superação de desafios, o que só acontece a partir de uma reestruturação do currículo escolar, capacitação dos professores, para que saibam lidar de forma adequada com esses alunos, passando a contribuir de forma positiva e significativa em seu processo ensino-aprendizagem, através da inclusão e acolhimento.

Neste sentido é fundamental que as instituições revejam os seus espaços físicos, o envolvimento de todos os profissionais, os recursos e procedimentos pedagógicos elaborados que serão ofertados, visando o atendimento de todos os alunos com algum tipo de deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

2.1 A Inclusão Escolar e o Desenvolvimento das Crianças com Deficiência na Educação Infantil

A inclusão escolar é uma ação que busca a desconstrução e a construção de uma sociedade mais justa, com menos desigualdade, que possa possibilitar as mesmas oportunidades para todos de forma igualitária. Nesse sentido é possível perceber que a educação inclusiva vem então a ser uma educação que auxilia a diversidade ao reconhecer que todos os alunos, com deficiência ou não, podem se desenvolver no mesmo ambiente educacional.

Para Ferreira (2018) a educação inclusiva segue quebrando tabus e paradigmas no ambiente de ensino, sendo essencial que isso aconteça no ambiente

escolar. Por muito tempo, existiu a escola regular e a escola especial, onde ambas tinham como finalidade a promoção de ensino, cada um na sua perspectiva, mas não havia integração de conceitos como respeito a diversidade e acolhimento, que muitas vezes não eram postos em prática, simplesmente pelo fato de os alunos pertencentes a cada tipo de ambiente de ensino viver uma realidade diferente da outra.

A educação das crianças com deficiência é um trabalho mais complexo, exigindo das instituições adaptações físicas, preparação de materiais adequados, melhor formação de professores e funcionários e um acompanhamento mais cuidadoso de todos da escola juntamente com as famílias destas crianças. O processo de frequência escolar irá contribuir para o desenvolvimento das crianças que tenha qualquer tipo de deficiência, seja intelectual, física e ou de dificuldade de aprendizagem, possibilitando a elas a aquisição de conhecimentos que muito lhes auxiliará em sua autonomia e formação.

A Declaração de Salamanca de 1994, pontua sobre princípios, política e prática em Educação Especial, a saber:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (BRASIL, 1994, p. 5).

Nesse sentido todas as crianças necessitam de atendimento por igualdade, sem distinção e a educação inclusiva é a maneira mais eficiente para uma concepção de solidariedade, de assistência entre todas as crianças com deficiência ou não.

Os sistemas educacionais necessitam ser reorganizados, considerando a importância do envolvimento das instituições para o progresso da inclusão escolar. Desta forma deverá haver uma boa relação entre gestão escolar, professores, funcionários e familiares, que possibilite uma melhor compreensão das necessidades dos alunos com deficiência, proporcionando o seu desenvolvimento e a sua inclusão também na sociedade em um processo que reduza quaisquer fatores excludente. De acordo com Teles; Resegue;Puccini (2003, p. 3024):

Qualquer que seja a opção assumida para a construção de uma sociedade inclusiva, a gravidade do acometimento envolve questões que precisam ser

analisadas profundamente. O que torna a pessoa deficiente aos olhos sociais não é apenas a deficiência ou déficit que ele apresenta, mas o significado dessa condição desviante. O resultado da deficiência decorre de restrições de participação relacionadas à interação de inúmeros fatores.

Portanto considerando as dificuldades das crianças com deficiência dentro do ambiente escolar é fundamental que a escola ofereça condições apropriadas à elas, que se organize adequadamente para recebê-las e que tenha disponibilidade de elaborar planejamentos pedagógicos de acordo com as especificidades de cada criança com deficiência.

2.2 Educação Infantil

A Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, tem como seu maior objetivo proporcionar às crianças o seu desenvolvimento em um contexto de início à experimentação e muitas descobertas e é neste novo cenário que elas começarão a interagir com outras crianças, avançar na criatividade incentivada pelo educador.

A Educação Infantil em sua trajetória como etapa educacional é um evento recente, quando comparada aos demais níveis da educação básica. Com o tempo muitos movimentos caminharam para esse reconhecimento, o que se iniciou com a Constituição Federal de 1988, que é considerado um conjunto normativo regulador que contribui para orientar a recente expansão dessa oferta no campo educacional, como parte do ordenamento legal educacional (FLORES; PERONI, 2018).

Com a Educação Infantil assegurada pela Constituição Federal, o direito à educação para todas as crianças estava estabelecido, passando portanto a ser considerada como de caráter educacional. Com isso a Educação Infantil visa além do desenvolvimento psíquico, motor e social, um mundo de muitas descobertas e de conhecimentos de si mesmo e dos outros.

A Educação Infantil é uma das etapas mais importantes do desenvolvimento das crianças até mesmo por se tratar de um desenvolvimento longe dos pais, da família e do lar onde a criança já está habituada a ficar, como cita a LDB em seu artigo 29:

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. É a única que está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na

creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Portanto nesta etapa as crianças devem ser estimuladas por meio de atividades recreativas e lúdicas, que favoreçam o seu processo de aprendizagem e seu desenvolvimento em um contexto participativo que possibilite a criatividade, as experiências e as descobertas.

A Educação Infantil é obrigatória para as crianças entre quatro e cinco anos, é um direito de todas as crianças e é dever do Estado, a Educação Infantil foi inserida na BNCC - Base Nacional Comum Curricular. A BNCC (BRASIL, 2017, p. 36) nos relata que:

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

A Educação Infantil é marcada por uma dicotomia nas práticas sociais de sua implementação, as creches eram direcionadas ao atendimento de crianças de famílias mais humildes, e os chamados jardins de infância, ou pré-escola, faziam parte de instituições particulares frequentadas pelas crianças mais ricas, onde a Educação Infantil para muitos era entendida apenas como um suporte para as famílias trabalhadoras, cuidando da higiene e saúde dos pequenos, na ausência da família (MEDEIROS; NOGUEIRA; BARROSO 2012).

As creches e pré-escolas atualmente são reconhecidas pela essencialidade das suas funções para com as crianças do cuidar e do educar que são elementos fundamentais nesta etapa escolar que garantem o desenvolvimento das crianças de forma integral.

De acordo com Lucas; Machado (2012) as últimas décadas da história da educação do país representam uma transição significativa para a história de Educação Infantil, sendo um período marcado por lutas democráticas direcionadas a educação pública, em especial a Educação Infantil, onde se ampliou a demanda e a oferta e que a educação infantil passou a ser tratada como um direito fundamental.

Atualmente a Educação Infantil é vista como elemento fundamental, que contribui para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem da criança ofertando

recursos e subsídios para que ela possa alcançar uma educação de qualidade em um ambiente escolar adequado e saudável o que favorece para a continuação de seus estudos futuros.

As Políticas Públicas que regem a Educação Infantil pontuam a importância do cuidar e do educar no desenvolvimento das crianças, como aponta Rosemberg (2015, p. 15).

A educação e o cuidado da criança pequena, ao deixarem de ser concebidos como encargos restritos da esfera privada, passaram ser objeto de normatização científica, de regulamentação e controle estatais, de inclusão ou não na agenda de movimentos sociais e, portanto, um capítulo das políticas públicas, suscitando reivindicações, disputas e negociações por concepções e recursos entre atores sociais.

Nesse sentido, com a Educação Infantil se inicia a primeira infância no ambiente escolar, onde as crianças aprendem, se desenvolvem, interagem umas com as outras em um importante processo para a evolução de sua vida escolar, convivência social e formação.

Os processos de aprendizagens na Educação Infantil concomitante com a inclusão escolar no ensino infantil visam o ingresso na escola de ensino regular de forma a expandir essa atuação e então garantir a permanência de todas as crianças, independentemente de suas especificidades e dificuldades ao longo de toda a sua vida escolar.

O MEC possuía uma secretaria voltada especificamente para as crianças com deficiência, onde se preocupava com o seu desenvolvimento e bem-estar na inclusão escolar. Nesta perspectiva a secretaria Saberes e Práticas da Inclusão - Educação Infantil discorre em abordar questões dos serviços educacionais e de apoio desde o nascimento até aos seis anos de idade, o MEC (2006, p. 9) considera que:

A funcionalidade e a incapacidade de uma pessoa são concebidas como uma interação dinâmica entre os estados de saúde (doenças, distúrbios, lesões, traumas etc.), que podem trazer limitações no desenvolvimento, e os fatores contextuais. Logo, antes de antecipar a realização de um diagnóstico precoce e por isso mesmo indevido de deficiência mental ou de incapacidade para exercer funções da vida comum de uma criança, todos os aspectos citados acima devem ser considerados, a rotulação discriminatória deve ser evitada e todo o suporte educacional, social e de saúde deve ser provido.

Nesse sentido deve-se ter o cuidado com a criança e se detectada e diagnosticada a deficiência de forma alguma poderá haver discriminação ou pré-conceito, deve-se disponibilizar o apoio o mais rápido, de maneira buscar amenizar

as dificuldades dessa criança e possibilitar de modo saudável o seu desenvolvimento dentro e fora do ambiente escolar.

A Educação Infantil desempenha uma grande interferência no desenvolvimento da personalidade da criança, na abrangência de seus conhecimentos e na construção de valores e também de suas limitações fora do convívio familiar.

Vieira; Duarte; Pinto (2012) pontua que um dos fatores que contribuem diretamente para qualidade da educação infantil é a prática docente, o que se relaciona com as condições de trabalho oferecidas pelas instituições.

Neste sentido o trabalho do educador na Educação Infantil deverá ser o de criar possibilidades para que as crianças explorem, conheçam e realizem descobertas conhecendo a si e ao outro.

Quando se pensa na avaliação da qualidade da Educação Infantil, deve-se pensar nas oportunidades que esta oferece a criança para o seu pleno desenvolvimento, onde é errado pensar na Educação Infantil como uma fase de preparação apenas para o ensino fundamental. (CAMPOS et al 2011).

Percebe-se que a infância nem sempre foi compreendida como ocorre atualmente, como ocorre nas esferas educacionais. Na verdade, sua concepção foi sendo construída ao longo dos tempos, onde mudanças importantes foram percebidas em relação à concepção de criança pequena, com a valorização da infância, especialmente para o atendimento educacional voltado para essa criança.

A inclusão escolar em nosso país ainda é considerada uma questão bastante contestada, existem muitas pessoas, professores e instituições que discordam e muitos outros que aprovam e consideram importante essa inserção entre todos os alunos, com deficiência ou não. É importante ressaltar que a melhor direção para vencer a luta das desigualdades, do preconceito e da indiferença, se inicia dentro das escolas, é dentro do ambiente escolar que todo esse processo começa e principalmente na Educação Infantil.

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc., voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. (CARNEIRO, 2012, p. 86).

Nesse sentido a inclusão escolar causa uma discussão que se propaga no ambiente educacional, onde muitas mudanças necessitam acontecer desde a Educação Infantil por se tratar do início da vida escolar da criança, com adaptações adequadas, planejamentos de escolarização eficientes e específicos de acordo com as especificidades da criança com deficiência.

A inclusão escolar implica num repensar da educação no ensino regular de forma a respeitar e valorizar as diferenças em um todo, observando os interesses, e estimulando as capacidades e habilidades de cada criança.

A filosofia da inclusão apela para uma escola que tenha em atenção à criança - todo, e não só a criança - aluno, respeitando os níveis de desenvolvimento essenciais (acadêmico, socioemocional e pessoal) de forma a lhe proporcionar uma educação apropriada, orientada para a maximização do seu potencial (BRANDÃO, FERREIRA, 2013, p. 2).

E nesse sentido a instituição de ensino deverá se preparar para receber essas crianças, em todos os aspectos, estruturais e pedagógicos, para possibilitar à essas crianças a oportunidade de se desenvolverem de maneira adequada, com qualidade em um ambiente que se for necessário seja adaptado para elas e ao mesmo tempo proporcionando a oportunidade da interação com outras crianças.

O desenvolvimento da inclusão escolar no ensino regular versa do respeito às limitações e individualidades de todos os estudantes, inclusive crianças com deficiência e com necessidades especiais, dificuldades de aprendizado, a instituição deve oferecer a todos com igualdade uma educação de qualidade. Diante do exposto Almeida (2007, p. 1) afirma que:

A educação das pessoas com deficiência se organizou ao longo da história como atendimento especializado substituindo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, com escolas especiais. Essa organização mostra a educação especial sendo de caráter caritativo, fundamentada no conceito terapêutico, fortemente ancorado nos testes psicométricos, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiências.

Dessa maneira fica claro uma exclusão aos estudantes que por terem alguma dificuldade de aprendizado ou deficiência, estão então impossibilitados de frequentar a escola de ensino regular, devendo realizar seus estudos em instituições consideradas apropriadas à elas, o que tira o seu direito assegurado pela Constituição Federal, de terem acesso ao ensino regular.

O MEC implementou em 2003 o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no intuito de assegurar uma educação transformando assim todo o sistema educacional brasileiro, possibilitando a inclusão e acessibilidade. Diante disto o Ministério Público Federal em 2004 divulgou um importante documento que enalteceu ainda mais a inclusão escolar com o nome “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”. Para promover de fato a Inclusão Escolar o Decreto Nº 5.296/04 veio então para regulamentar as leis Nº 10.048/00 e Nº 10.098/00 que, portanto, estabelece

...normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse Contexto o Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, é desenvolvido com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos (BRASIL, 2007, p. 4).

Pode-se perceber que há inúmeros Programas Federais que garantem os direitos das crianças com deficiência na inclusão escolar no ensino regular e que são protegidos por leis constitucionais.

Em nosso país há muitos estudantes com deficiência e ou necessidades especiais que não estão frequentando a escola, em grande parte isso ocorre, porque muitas escolas não oferecem condições apropriadas e adequadas a esses alunos, para que eles possam frequentá-las. Para que uma escola seja inclusiva, há uma necessidade maior do que reformas e legislações, é necessário compromisso, atitudes, convicções e principalmente de uma prática pedagógica eficiente. Carneiro (2012) nos afirma que:

Em caso de alunos com deficiência, cada característica específica de aprendizagem deve ser considerada, passando por ações práticas na realização da aula, buscando metodologias, estratégias e recursos condizentes com as necessidades individuais, culminando em uma avaliação formativa que considere a evolução de cada um. (CARNEIRO, 2012, p. 89).

O educador é peça fundamental nesse processo de ensino/aprendizagem das crianças com deficiência, pois cabe a ele poder identificar as capacidades e os limites de cada uma destas crianças, trabalhar e planejar atividades que auxiliem o seu pleno seu desenvolvimento.

A educação inclusiva surge nas escolas a fim de permitir aos alunos com necessidades especiais a convivência e a integração no meio social, onde passa a

conhecer situações diversas diferentes a sua realidade, proporcionando assim, aprendizados diferenciados e necessários a seu desenvolvimento enquanto cidadãos, fazendo esses alunos sonharem, na busca por objetivos futuros. Isso pode ser realidade para muitas crianças e jovens que partilhem do mesmo espaço de vivência e acolhimento, independentemente de suas limitações, criando assim uma sociedade livre de preconceito (SANTOS; PAULINO, 2018).

Segundo Ferreira (2018) a escola inclusiva precisa ser um ambiente de ensino que acolhe a todos os tipos de alunos, considerando ser um ambiente onde se confrontam diversas situações e realidades distintas, sendo que, cada singularidade é respeitada, promovendo o bem-estar de todos, além de considerar a vivência e o contexto de cada aluno, sendo algo fundamental para que existam relações saudáveis dentro e fora do ambiente escolar.

Existem alguns pilares fundamentais para que a educação inclusiva aconteça de forma efetiva, como o conhecer, o fazer, aprender a conviver e aprender a ser. A partir do momento que esses pilares conseguem se equilibrar é possível garantir a aprendizagem de crianças e jovens de forma igualitária, mesmo com necessidades especiais. Nesse sentido, pode-se incluir também o acolhimento desses alunos, que pode ser uma questão essencial para que a educação inclusiva aconteça de forma real, onde esse aluno passa a ter a possibilidade de ser entendido e incluído, podendo se desenvolver de forma ampla, onde o mais importante não é a diferença que o separa dos outros, mas as possibilidades que os aproximam (OLIVEIRA; VELOSO, 2014).

A inclusão escolar no ensino regular só ocorrerá de fato e com qualidade no ensino/aprendizagem, através de uma adequação na formação dos professores e com uma preparação nas escolas em todos os setores, para então acolher esses estudantes e promover o seu desenvolvimento com qualidade.

3. Considerações Finais

O que se pôde compreender por meios dos estudos sobre a Educação Infantil é que as crianças na primeira infância, que estão em fase de desenvolvimento,

atualmente são reconhecidas como sujeitos de voz e que necessitam de aprendizagens que proporcionem a elas o seu desempenho integral, portanto a importância da Educação Infantil tem ficado progressivamente mais perceptível a cada dia, visto da influência que possui na formação e vida adulta de cada sujeito.

Na Educação Infantil é que as crianças recebem todo o suporte necessário para a construção de sua personalidade, seu caráter, seus valores, sua identidade, seu desenvolvimento cognitivo e social, auxiliando a sua compreensão do meio em que vive e de percepção do mundo.

O processo de inclusão escolar, atualmente ainda não se concretizou por inteiro, existem leis que protegem as pessoas com deficiência, garantem sua inserção no contexto de ensino regular, no entanto este processo caminha a passos lentos, com muitos desafios a serem percorridos.

Todos são responsáveis por esse processo de inclusão e as instituições escolares é que deverá proporcionar à estas crianças um ambiente adequado que favoreça o seu desenvolvimento, projetos pedagógicos que estimulem e facilitem a sua aprendizagem, profissionais que acolham estas crianças dentro da escola. Os familiares destas crianças, por sua vez, devem lutar para garantir que seus direitos sejam respeitados e cumpridos como a lei estabelece. A sociedade também tem sua responsabilidade, em promover a inclusão em seus vários aspectos, cobrando a efetivação de um ensino de qualidade e a inserção desses alunos na sociedade e posteriormente no mercado de trabalho, onde toda essa luta envolve ainda a defesa da dignidade humana em todos os segmentos sociais.

Percebe-se que muitas instituições não possuem materiais pedagógicos e didáticos adequados para desenvolverem as atividades com os alunos com algum tipo de deficiência ou dificuldade de aprendizagem, uma grande parte não possui as salas de recursos para serem utilizadas em contraturno que muito contribui para o desempenho das habilidades e capacidades desses alunos.

É fundamental que sejam criados em todas as escolas estas salas de recursos, que estejam preparadas adequadamente com equipamentos e materiais necessários e apropriados aos alunos com deficiência que estiverem estudando na instituição, que à medida que chegarem novos alunos esses recursos sejam adaptados às suas

necessidades de forma a propiciar o seu desempenho e promover a sua aprendizagem. Nesse sentido com certeza se obterá uma inclusão escolar eficiente.

Na parte que compete aos professores é de extrema importância a capacitação e formação continuada para trabalhar com a inclusão escolar. A atuação dos professores nesse cenário da educação inclusiva é o eixo fundamental que sustenta todo esse processo, com metodologias e ações eficazes na construção de estratégias e planejamentos curriculares que estejam direcionados para as particularidades e especificidades de cada estudante. O objetivo deve ser sempre o de buscar o progresso da sua aprendizagem, respeitando seus limites, mas propondo sempre novas possibilidades de aprendizagem, a fim despertar o interesse, o desejo de aprender e de interagir, promovendo então o pleno desenvolvimento.

É fundamental compreender que a inclusão escolar não é um mero acontecimento no sistema educacional e sim um trabalho, um processo em evolução, que deve ser estudado, refletido, avaliado e adaptado ao longo do percurso da vida escolar dos estudantes com deficiência e dificuldade de aprendizagem em todas as suas especificidades.

É necessário ainda observar quais são as principais necessidades e adequações a serem realizadas dentro das instituições educacionais de acordo com as especificidades das crianças com deficiência, com muita responsabilidade e comprometimento, por todos os diretamente envolvidos e pela família destas crianças, para juntos buscar possibilitar a vida escolar destes alunos com deficiência e dificuldade de aprendizagem, melhor e mais acessível.

A inclusão escolar no ensino regular é lei Constitucional e deverá ser cumprida, assim é necessário que também que seja cobrada por todos e principalmente pelos que delas mais necessitam, sendo as crianças com algum tipo de deficiência e dificuldade de aprendizagem, mas também suas famílias que lutam e zelam por elas, exigindo os seus direitos de cidadãos, de crianças e de estudantes.

Cabe ao Estado, ao Município e ao Governo Federal cumprir o que determina a lei que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 Art. Nº 208. “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de” Inciso III “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede

regular de ensino” nesse sentido cabe a todos fiscalizar para que ela seja cumprida em seu total rigor.

São necessárias muitas mudanças e transformações dentro das instituições de ensino regular para que de fato possam receber as crianças na proporção de realmente ser inclusão. São necessárias adequações estruturais e também planejamentos de escolarização para aprendizagem destas crianças que garantam o seu desenvolvimento com qualidade.

Ressalta-se ainda que a escola esteja preparando essas crianças a se tornarem adultos transformados, desconstruídos do que fora em outrora, mas agora motivados e fortalecidos a incentivarem a outros a estarem no mesmo ambiente escolar sem desconforto, e sim buscando a sua autonomia, dando continuidade aos seus estudos, a sua formação e a sua vida profissional.

O processo de inclusão gera novas situações, o que engloba muitos desafios e dificuldades, o que só vem reafirmar que o sistema precisa de mudanças, as quais visem à melhora na educação de uma forma geral, envolvendo a qualidade de ensino, principalmente no que se refere ao processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência, para assegurar o seu pleno desenvolvimento.

Dessa forma, mesmo diante de tantos desafios e possibilidades, a inclusão escolar de crianças com deficiência, pode ser uma realidade, se todos trabalharem juntos, se a escola e a família forem parceiras durante o processo, o que favorece a superação de limites e corrobora para a potencialização das possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Conclui-se que infelizmente a educação inclusiva é uma realidade em algumas poucas escolas, mesmo com várias leis que garantem a sua matrícula e permanência dentro da escola de ensino regular, o que de fato acontece é muito diferente. Diante disso é necessário uma união da comunidade escolar, das famílias e de toda a sociedade para buscar oportunizar à todas as crianças com deficiência ou não, as mesmas condições de aprendizagem no mesmo ambiente educacional.

Para que se haja a inclusão efetiva e significativa é necessário que se pense em propor mudanças, transformações a fim de propiciar possibilidades com igualdade para um processo de inclusão que seja realmente eficiente.

Link para vídeo de apresentação disponível em < <https://youtu.be/WjGOEWCh4ao> >

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. de. Educação Especial: inclusão e diversidade. I seminário de curso de especialização. Goiânia. Faculdade Padrão. 2007.

BARROS, M. G. N. Desafios e possibilidades da inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla. **Monografia**. Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB. Brasília/2015.

BRANDÃO, M. T., FERREIRA, M. Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil. **Pro-posições**, Marília/SP, vol. 19, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000400002&lng=en&nrm=iso>, acesso em 27 de agosto de 2020.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >, acesso em 25 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**. Princípios, políticas e prática em educação especial. Espanha:[Sn], 1994. Disponível em: <https://www.cascavel.pr.gov.br:444/arquivos/08092010_a_declaraa%E2%80%A1ao_de_salamanca.pdf >, acesso em 29 de setembro de 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_s ite.pdf>, acesso em 29 de setembro de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação, 2007. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, MEC/SEESP.

BRASIL, Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão**: Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. Brasília, MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

Disponível em: < <http://educacaointegral.mec.gov.br/educacao-infantil>>, acesso em 29 de setembro de 2020.

CAMPOS, M. M.; BHERING, E. B.; BHERING, Y.; GIMENES, N.; ABUCHAIM, B.; VALL, R.; UNBEHAUM, S. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 15-33, jan./abr. 2011.

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124965>>, acesso em 28 de setembro de 2020.

COSTA, V. F. **Inclusão, sem risco de incluir**. Olinda, PE: Babeco, 2009.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva**: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em 8 de março de 2021.

FREITAS, S. N.; TEIXEIRA, C. T.; RECH, A. J. D. Alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional: desafios para a gestão e a inclusão escolar. **RIAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 4, p.2104-2124, 2016.

FLORES, M. L.; PERONI, V. M. V. **Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: desafios à consolidação do direito no contexto emergente da nova filantropia**. Roteiro, Joaçaba, v. 43, n. 1, p. 133-154, jan./abr. 2018

LUCAS, M. A. O. F.; MACHADO, M. C. G. Percalços da Educação Infantil como direito da criança: análise da história e da legislação das décadas de 1980 e 1990. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 107-128, jan./jun. 2012

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna. 2003.

MEDEIROS, A. F.; NOGUEIRA, E. M. L.; BARROSO, F. C. S. Desatando os nós das políticas de educação infantil no Brasil. **Espaço do currículo**, v.5, n.1, pp.287-293, Junho a Dezembro de 2012.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: Contextos Sociais. São Paulo: Artmed, 2013.

OLIVEIRA, G. G.; VELOSO, L.M. M. Principais desafios da inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. In: **Revista Brasileira de Educação Básica**. 2014. Disponível em: <https://beducacaobasica.com.br/principais-desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-no-sistema--educacional/>. Acesso em 10 de março de 2021.

RAMOS, R. **Passos para a inclusão**: Algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ROSEMBERG, F. Análise das discrepâncias entre as conceituações de educação infantil do INEP e do IBGE: sugestões e subsídios para uma maior e mais eficiente divulgação dos dados. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S. **Escritos de Fúlvia Rosemberg**. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão em Educação**: Culturas, políticas e práticas. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

TELES, F. M. RESEGUE, R. PUCCINI, R. F. Habilidades funcionais de crianças com deficiências em inclusão escolar: barreiras para uma inclusão efetiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 3023-3031, 2013.

Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n10/3023-3031/pt/> >, acesso em 29 de setembro de 2020.

VIEIRA, L. M. F.; DUARTE, A. M. C.; PINTO, M. DE F. N. O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 51 set.-dez. 2012

ZANATA, C.; TREVISÓ, V. C. Inclusão escolar: conquistas e desafios. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, v. 3, n. 1, p. 15-30, 2016.